

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

2014

1) Nos empreendimentos, as construtoras têm consultores que analisam o projeto em função da sua experiência, fazendo alterações necessárias que visam à maior racionalização. Quando ocorre a participação antecipada do engenheiro residente na elaboração do projeto, em relação ao profissional, isso resulta em

- a) alterações do projeto poderão ser feitas pelo engenheiro-residente sem a necessidade de se consultar o autor do projeto.
- b) maior comprometimento quanto à utilização do projeto na obra.
- c) conhecimento antecipado de onde a obra apresentará problemas, adotando, no ato, as soluções que ele entender como valiosas, pois, o projeto é uma mera diretriz de execução.
- d) presença permanente na obra como um gerador de problemas para o responsável pelo projeto.
- e) conflitos na obra, entre execução e projeto, a obediência ao cronograma é um imperativo e, por tal, a solução nasce sempre do engenheiro-residente.

2) No planejamento de uma construção, há diversos antagonismos entre o plano estratégico e o tático. Essas divergências são mais sérias quando esses planos são atribuídos a diferentes entidades, como ocorre na gestão de um empreendimento.

- 1 – Lida com ideias convertidas em objetivos.
- 2 – Lida e gera números.
- 3 – Regula e controla resultado, mais do que objetivos.
- 4 – Visa a interferir sobre o futuro: conviver com a imprevisibilidade.
- 5 – É analítico, detalhado e prescritivo (parte integrante do contrato).
- 6 – Adota o método indutivo para promover a síntese.
- 7 - O planejamento como decreto só funciona em sistemas fechados.
- 8 – Se o propósito é o de improvisar, tira a liberdade de agir, limita e impõe regras.
- 9 - É uma aposta relativamente fundamentada: admite a improvisação tática, nunca a estratégica.
- 10 – Equivale a um sistema flexível para a tomada de decisões complexas.

As cinco características relativas ao Planejamento Estratégico são

- a) 2, 3, 6, 8, 9.
- b) 3, 4, 5, 7, 8.
- c) 1, 3, 4, 8, 10.
- d) 2, 7, 8, 9, 10.
- e) 1, 4, 6, 9, 10.

3) Na execução de uma obra, o uso do planejamento formal é difícil, pois requer

- a) plano elaborado para atender a cliente, visão de curto prazo do gerente, modismo.
- b) abandono do plano quando diante de situação limite, conhecimento das técnicas em todos os níveis.
- c) uso isolado das técnicas, limite nas soluções obtidas pela imaginação, visão de curto prazo do gerente.
- d) análise sistemática, previsão, entendimento das atividades e de seus interrelacionamentos.
- e) previsão, abandono do plano quando diante de situação limite, saber como montar um plano para o gerenciamento da obra.

4) A NBR 13752 - Norma para Perícias de Engenharia na Construção Civil, define Parecer Técnico, Vistoria, Perícia etc. Leia a seguinte definição:

“Opinião, conselho ou esclarecimento técnico emitido por um profissional legalmente habilitado sobre assunto de sua especialidade.”

Esta definição é de

- a) Perícia.
- b) Laudo.
- c) Parecer Técnico.
- d) Vistoria.
- e) Laudo de Vistoria.

5) O estudo de viabilidade para a utilização de mão de obra terceirizada no setor de informática de uma construtora concluiu que deva ser desenvolvido um projeto de terceirização.

Analise os itens abaixo, imaginando a **NÃO** realização do projeto.

- A. Abordagem fortemente centrada na redução de custos.
- B. A relação entre o contratante e o prestador de serviços deve ser baseada na ética.
- C. Visão de curto prazo na expectativa de resultados.
- D. A contratação deve ser feita apenas para terceirizar as atividades-meio da empresa.
- E. Os empregados do prestador de serviços devem trabalhar, exclusivamente, nos serviços objeto do contratante
- F. Inexistência de padrões de prestação de serviços.
- G. A contratação de serviço deve recair sobre pessoa jurídica, nunca sobre a pessoa física.
- H. O contrato não deve estabelecer a quantidade de pessoas que irá prestar os serviços contratados para não vincular este contrato com a contratação da mão-de-obra.
- I. A contratação de serviço deve recair sobre pessoa física, nunca sobre a pessoa jurídica.

Os itens adotados como norteadores da terceirização que podem levar o projeto ao fracasso são

- a) A, C, F, I.
- b) B, C, D, G.
- c) C, E, F, H.
- d) A, G, H, I.
- e) C, D, E, F.

6) Na montagem do orçamento para a construção de um conjunto de prédios (obra repetitiva, tipo conjunto habitacional) de padrão popular, no item referente às instalações hidráulicas, com a análise do custo previsto, é possível a redução do custo e do prazo de execução, com emprego de

- a) fôrmas de madeira para fazer as caixas de inspeção todas padronizadas.
- b) tubulações de um mesmo diâmetro e materiais distintos na drenagem externa de um único material.
- c) kits hidráulicos pré-fabricados.
- d) tubulações de seções variáveis e materiais distintos em função da distância do ponto médio do terreno ao ponto de chegada da rede pública.
- e) kits hidráulicos fabricados no local em função do número de prédios.

7) Todas as definições apresentadas a seguir são referentes a um determinado fato, condição ou direito relativo a uma edificação.

Coluna 1	Coluna 2
1 Vistoria	a) A constatação técnica do conjunto mediante verificação "in loco".
2 Inspeção	b) A sua análise técnica.
3 Auditoria	c) O atestamento técnico de sua conformidade.
4 Perícia	d) A determinação da sua origem, causa e mecanismo de ação.
5 Consultoria	e) A sua prescrição técnica.

As definições referentes ao conjunto se agrupam da seguinte forma:

- a) 1 x b; 2 x a; 3 x d; 4 x e; 5 x c
- b) 1 x c; 2 x d; 3 x e; 4 x b; 5 x a
- c) 1 x d; 2 x e; 3 x a; 4 x a; 5 x b
- d) 1 x e; 2 x c; 3 x b; 4 x c; 5 x d
- e) 1 x a; 2 x b; 3 x c; 4 x d; 5 x e

8) No caso de perícias judiciais, quando as respostas aos quesitos conduzirem a duas ou mais hipóteses, o perito deverá

- a) decidir pela hipótese que fundamenta o autor da ação no judiciário.
- b) determinar que a perícia prossiga até o perito poder ficar com uma única hipótese.
- c) dizer ao julgador da impossibilidade de determinar a resposta correta e considerar o quesito prejudicado.
- d) declarar ambas as hipóteses valiosas desde que uma esteja citada pelo autor da ação e a outra pelo réu.
- e) explicitá-las, com justificativas técnicas que permitam ao julgador decidir as questões de mérito.

9) No estudo topográfico para implantação de uma edificação num terreno, não sendo desejada a relação encontrada entre corte e aterro ou faltou terra para aterro ou sobrou terra. No que o projeto permite executar um balanceamento entre cortes e aterros, a relação recomendada é

- a) 1,20 é o valor que iguala o volume de corte ao de aterro.
- b) 2,00 no que se deseja que não falte material para aterro.
- c) 1,30 a 1,60, isto é, um pouco mais de cortes do que aterros, devido a problemas de compactação.
- d) entre 1,0 e 1,30, faixa que garante não haver sobra de corte.
- e) 1,00, pois se sobrar aterro, ele terá que ser depositado em algum lugar, ou transportado para outro, o que gera aumento de custos.

10) O projetista de estrutura de uma edificação necessita fixar a resistência característica do concreto à compressão, o F_{ck} . Este valor é escrito nos desenhos de forma da estrutura. Resistência à compressão do concreto, obtida com uma série de seis corpos de prova ensaiados. O valor que ela representa é

- a) 30% acima da média prevista para 28 dias.
- b) A média prevista para a idade de 28 dias.
- c) 30% abaixo da média prevista para 28 dias.
- d) Sempre, por segurança, o menor valor obtido nos ensaios.
- e) A média obtida, apenas, entre o maior e o menor valor obtidos nos ensaios.

11) Um prédio residencial será construído em concreto armado, com lajes pré-moldadas. Ele terá piso, primeiro pavimento, segundo pavimento e laje de cobertura. As fundações serão rasas, em sapatas. Todos os pavimentos são estruturados. Cada pavimento tem área de construção de 200m². Uma estimativa deve ser feita para o consumo e especificação de materiais.

Levando em conta que para a superestrutura, as fundações, as formas e o peso de aço são obtidos inicialmente, por estimativas, complete as lacunas:

O Volume de concreto - obtido com a espessura média de
Para a superestrutura com lajes/vigas/pilares: 0,23m.
Para as fundações com sapatas e cintas: 0,15m.

O peso de aço - obtido em relação ao volume de concreto
Para a superestrutura com lajes/vigas/pilares: 100kgf/m³.
Para as fundações com sapatas e cintas: 40kgf/m³

Área de fôrma em relação ao volume de concreto
Para a superestrutura com lajes/vigas/pilares: 12m²/m³.
Para as fundações com sapatas e cintas: 8m²/m³.

Para estimativa de custo, respectivamente, o orçamentista lançará os seguintes números na sua planilha para o volume de concreto (m³), o peso de aço (kgf) e a área de fôrma (m²), respectivamente,

- a) 15.000, 168, 1896.
- b) 1896, 15.000, 168.
- c) 15.000, 1896, 168.
- d) 168, 15.000, 1896.
- e) 168, 1896, 15.000.

12) No preparo de um concreto para uma edificação, é especificado o uso de um acelerador, um material que é adicionado ao concreto. O acelerador

- a) diminui o tempo de início de pega e desenvolve mais rapidamente as resistências iniciais.
- b) regula a formação do gel, ao longo do processo de cura.
- c) conserva a massa de concreto em estado elástico, durante um maior período de tempo.
- d) aumenta o tempo de início de pega e desenvolve mais lentamente as resistências iniciais.
- e) é um tenso ativo que age, diminuindo a tensão superficial da água da mistura.

13) A resistência do movimento de líquido no interior das tubulações é chamada de “perda de carga”. Ela está diretamente ligada à(ao)

- a) quantidade e à qualidade da pressão nos pontos de consumo.
- b) fluxo da água nas conexões, apenas.
- c) utilização de tubulações com grandes diâmetros, em relação ao diâmetro determinado no dimensionamento da tubulação.
- d) emprego, apenas, de tubos retos nos trechos horizontais da tubulação.
- e) utilização de tubulações de grandes diâmetros, tubos retos nos trechos verticais e ao mínimo emprego de curvas e conexões.

14) Numa edificação, a calha de beiral é fixada ao madeiramento do telhado com pregos e sua sustentação será feita por meio de escáfulas ou tiras de chapas. Para evitar a corrosão dos pregos e para a declividade prevista ser observada, respectivamente, os materiais dos pregos e das tiras metálicas são:

- a) Latão, chapas galvanizadas.
- b) Alumínio, ferro fundido.
- c) Plástico, latão.
- d) Ferro fundido, latão.
- e) Alumínio anodizado, ferro fundido.

15) Os condutores verticais de águas pluviais nas edificações têm que ser projetados sempre que possível em uma só prumada. Em havendo necessidade de desvio, precisam ser usadas curvas de

- a) 45° de raio longo sem peças de inspeção.
- b) 60° ou 30° com caixas de inspeção contígua a cada curva.
- c) 90° de raio longo ou curvas de 45° e previstas peças de inspeção.
- d) 45° de raio longo com peças de inspeção.
- e) 60° com raios longos e peças de inspeção apenas nas curvas de 30°, qualquer raio.

16) Um sistema de combate a incêndio automático é o “cano molhado”. A tubulação fica completamente cheia de água e permanentemente sob pressão.

Num certo prédio, de grande porte, a pressurização é feita por gravidade e a entrada da água na coluna é feita por duas válvulas, conjunto este denominado V.G.A. – Válvula de Governo e Alarme. Os Chuveiros instalados nos ramais do Sistema também ficam sujeitos à mesma pressão da tubulação. Quando, por efeito de calor produzido pela queima de um material combustível, o elemento termosensível liga fusível ou ampola estilhaçável, é ativado, a água é liberada, atravessa o orifício e é descarregada no meio ambiente. O Alarme é acionado

- a) pelo calor detectado pelo elemento termosensível.
- b) por parte da água sob pressão que percorre a tubulação que a liga ao Gongo Hidráulico.
- c) pela queda de pressão nos Chuveiros.
- d) pelo nível de água que cai nos reservatórios.
- e) pelos sensores óticos (algumas vezes Câmeras de vídeo) que transmitem as imagens para uma central de controle.

17) Os incêndios são divididos em quatro classes, quanto a sua propagação:

- A – em materiais combustíveis sólidos, como papel, madeira, fibras etc.
- B – em gases e líquidos inflamáveis, como óleo, gasolina, gás de cozinha, *thiner* etc.
- C – em equipamentos elétricos energizados (ligados à corrente elétrica).
- D – em materiais pirofóricos, como magnésio, potássio, alumínio em pó.

O agente extintor para incêndios classe A é

- a) água.
- b) espuma química.
- c) espuma mecânica.
- d) pós químicos.
- e) estrato espumante concentrado.

18) Uma boa técnica executiva para a união dos elementos de alvenaria (tijolos ou blocos) é deixar de um dia para o outro (descanso da mistura) a mistura da cal hidratada com areia úmida com a finalidade de melhorar a mistura final. Com isso a mistura final, após a adição de cimento, terá melhor

- a) textura e rigidez.
- b) plasticidade e aderência.
- c) resistência à umidade e ao alinhamento.
- d) slump e rigidez.
- e) uniformidade, slump e alinhamento.

19) As vantagens da utilização em paredes internas de edifícios dos painéis de gesso acartonado são inúmeras. Leveza, ganho de área útil, estética, isolamento térmico, resistência mecânica, resistência ao fogo. Para que se melhore o seu desempenho acústico, deve(m)-se fixar

- a) placas refratárias no seu interior.
- b) mais placas ou lã mineral no seu interior.
- c) pintura em esmalte metalaminoso nas duas faces externas.
- d) placas de gesso acartonado misturadas com argila expandida.
- e) entre placa e piso feita com polipropileno.

20) Os pisos cerâmicos são revestimentos muito difundidos para uso residencial, comercial e até industrial. Apresentam-se com diversas texturas e acabamentos e os tamanhos atendem aos mais diversos gostos. Comercialmente, os tamanhos mais comuns são, em centímetros,

- a) 9,5 x 9,5; 14,5 x 14,5; 24,5 x 24,5; 29,5 x 29,5; 34,5 x 39,5; 39,5 x 39,5; 49,5 x 49,5.
- b) 15 x 15; 17,5 x 17,5; 17,5 x 20; 22,5 x 22,5; 25 x 25; 30 x 40; 50 x 50.
- c) 10 x 15; 15 x 17,5; 17,5 x 20; 22,5 x 25; 27,5 x 30; 32,5 x 40; 70 x 70.
- d) 20 x 20; 22,5 x 22,5; 27,5 x 27,5; 30 x 30; 35 x 35; 40 x 50; 50 x 50.
- e) 10 x 10; 15 x 15; 15 x 20; 20 x 20; 20 x 30; 30 x 30; 40 x 40.

21) No preparo do revestimento em pisos internos ou externos, paredes ou fachadas ou em qualquer outra situação, as Normas Brasileiras de Procedimentos de execução prescrevem, para qualquer dimensão das peças cerâmicas, para a impregnação do tardo, a porcentagem de

- a) 50%.
- b) 60%.
- c) 70%.
- d) 80%.
- e) 100%.

22) No ambiente de trabalho, importância deve ser dada a aspectos básicos tais como cores, ventilação, temperatura e presença de ruídos. Num escritório de uma empresa, das cores listadas a seguir, o par mais apropriado é

- a) amarela e vermelha.
- b) azul e verde.
- c) preta e violeta.
- d) branca e cinza.
- e) marrom e laranja.

23) Os componentes básicos utilizados na produção de tintas são: Veículos, Pigmentos, Solventes e Aditivos. Associe esses componentes a algumas de suas características.

- a) **Veículos** são elementos que melhoram as propriedades físicas e químicas das tintas; **Pigmentos** são líquidos não voláteis que conferem à tinta viscosidade para que o nivelamento da camada aplicada seja uniforme, além de proporcionar a sua secagem; **Solventes** são líquidos não voláteis responsáveis pela consistência da tinta, além de proporcionar a sua secagem; **Aditivos** são partículas sólidas responsáveis pela consistência da tinta.
- b) **Veículos** ou cargas são partículas sólidas e insolúveis que proporcionam cor e poder de cobertura à tinta. **Pigmentos** são substâncias sólidas que melhoram o espalhamento da tinta; **Solventes** são elementos que melhoram as propriedades físicas e químicas das tintas. **Aditivos** são partículas sólidas responsáveis pela consistência da tinta.
- c) **Veículos** ou cargas são substâncias que têm a propriedade de formar a película ou filme de tinta; **Pigmentos** são líquidos não voláteis que conferem à tinta viscosidade para que o nivelamento da camada aplicada seja uniforme, além de proporcionar a sua secagem. **Solventes** são partículas sólidas responsáveis pela consistência da tinta.
- d) **Veículos** ou cargas são substâncias que têm a propriedade de formar a película ou filme de tinta; **Pigmentos** são partículas sólidas e insolúveis que proporcionam cor e poder de cobertura à tinta; **Solventes** são líquidos voláteis que conferem à tinta viscosidade para que o nivelamento da camada aplicada seja uniforme, além de proporcionar a sua secagem; **Aditivos** são elementos que melhoram as propriedades físicas e químicas das tintas.
- e) **Veículos** ou cargas são líquidos não voláteis que conferem à tinta viscosidade para que o nivelamento da camada aplicada seja uniforme, além de proporcionar a sua secagem. **Pigmentos** são substâncias sólidas que melhoram o espalhamento da tinta; **Solventes** são partículas sólidas responsáveis pela consistência da tinta. **Aditivos** são elementos que melhoram as propriedades físicas e químicas das tintas.

24) A parte crítica em serviços de pintura é o preparo do substrato. No caso de paredes mofadas, este preparo deve obedecer à seguinte sequência, antes de se aguardar a secagem:

- a) Raspadas com talhadeiras, limpas com detergente neutro e molhadas levemente.
- b) Lavadas com uma mistura de água limpa e água sanitária na proporção 1:1, enxaguadas.
- c) Apicoadas, recompostas com argamassa com areia média (traço 1:3) e deixadas ao sol.
- d) Escovadas, aplicando-se em seguida um fundo preparador de paredes à base de água.
- e) Corrigidas as imperfeições com argamassa confeccionada com areia média (traço 1:3) e emassadas com inibidor de fungos neutro.

25) Após a realização de toda a limpeza do terreno, de toda a área da obra de um edifício residencial, corrigidos os problemas registrados na inspeção final e recebido o aceite do contratante, recomenda-se a redação de um Termo de Encerramento do contrato, documento este no qual o contratante confirma, a obra como recebida. Cabe lembrar que este termo

- a) encerra as responsabilidades técnicas, apenas, pelos serviços que digam respeito à estrutura do prédio.
- b) caracteriza a permanente responsabilidade técnica do contratado, inclusive sobre maçanetas de portas, torneiras, estrutura etc. por 50 anos, suposta vida útil do prédio.
- c) determina o tempo da responsabilidade do contratado, que pode ir de um ano a 50 ou mais anos.
- d) não encerra as responsabilidades técnicas pelos serviços executados. Estes têm sua duração expressa por leis.
- e) só passa a valer três anos depois da ocupação e do uso do prédio.

26) A premissa adotada para refletir a realidade das obras é a de que a medição deve agregar tanto o tempo efetivo de execução do serviço como os tempos improdutivos que são necessários e estão diretamente vinculados ao processo executivo. Esses tempos improdutivos (paralisação para treinamento da equipe, troca de frente de trabalho) são apropriados

- a) nos critérios de aferições.
- b) nas etapas construtivas.
- c) nos coeficientes das composições.
- d) nos processos intermediários necessários.
- e) como um fator fixo no custo total da obra.

27) A etapa de fabricação de materiais e componentes e o recebimento na obra desses produtos são também subsidiados por uma série de especificações técnicas e de métodos de ensaio, a maioria contida na normalização brasileira sobre o assunto. O sistema ideal para assegurar a qualidade de materiais e componentes seria o da

- a) declaração de ser seguida Norma Técnica.
- b) declaração do CREA com a respectiva ART.
- c) eles serem ensaiados na obra, pós-uso.
- d) certificação da Conformidade.
- e) o nome do fabricante é a garantia absoluta.

28) No controle de execução de um projeto, os controles sobre prazos, quantidades executadas, custos (unitários ou componentes do custo global, produtividade e qualidade, são realizados em nível

- a) de Gerência de Projeto.
- b) operacional.
- c) de Risco.
- d) retroalimentação.
- e) de mudanças de objetivos.

29) Na elaboração de um projeto que introduza mudanças no modelo de ação tradicional de uma empresa, um *Stakeholder* pode ser um grande influenciador no resultado do projeto. O *Stakeholder* significa

- a) um consultor externo que decidirá todos os conflitos que surjam no andamento do projeto.
- b) um profissional da própria empresa com experiência no que toca ao processo de ação vigente na empresa.
- c) um grupo de pessoas que não serão afetadas pelo projeto.
- d) um grupo de pessoas, de mesma formação profissional, cuja função é, apenas, a de representar os investidores que não serão afetados pelo projeto.
- e) qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade que será afetada direta ou indiretamente pelas mudanças.

30) As instalações destinadas a um escritório técnico - edificação provisória - dentro de uma obra devem ser executadas, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Empregados materiais compatíveis com os que serão utilizados na obra, instalações sanitárias respeitando as condições máximas de higiene.
- b) Os acessos e o sistema viário podem ser feitos com material de menor qualidade, diante do caráter provisório do escritório.
- c) Materiais de baixo custo; construções moduladas, geralmente feitas com chapas de madeira, as mais simples instalações sanitárias possíveis.
- d) Piso elevado, cerca de 1,0m acima do nível do terreno, para que se evite a formação de poças de água.
- e) Basta seguir a NR 18, no que toca, apenas, às condições de segurança do trabalho.

31) Os levantamentos topográficos cada vez mais são feitos com a ajuda de redes de satélites. O GPS - Global Positioning System- é um dos mais empregados. Ele se baseia

- nas mensagens enviadas por 22 main-frames (dezembro de 2013) associados à rede TRANSIT.
- na transmissão feita por receptores sintonizados abaixo do horizonte que compartilham sinais de outros transmissores, estes na rede de navegação mundial.
- pelos posições dadas por uma rede de receptores com emprego do posicionamento absoluto do GPS.
- pelos posições dadas por um único receptor com emprego do posicionamento diferencial do GPS.
- na determinação da distância instantânea entre uma ou mais estações terrestres e vários satélites.

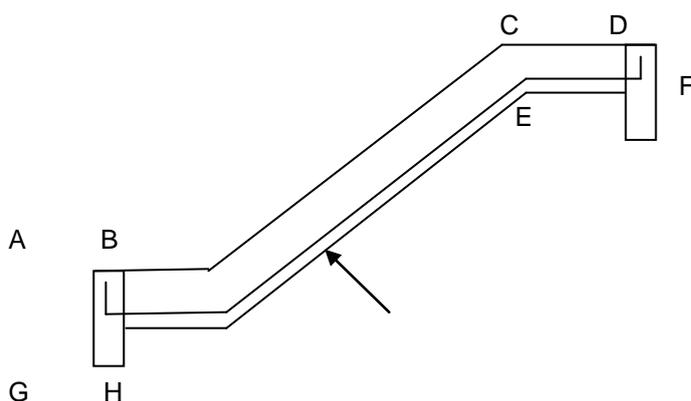
32) Norma Técnica

“Uma norma técnica (ou padrão) é um documento, normalmente produzido por um órgão oficial acreditado para tal, que estabelece regras, diretrizes, ou características acerca de um material, produto ou serviço.”

Há casos nos quais um determinado serviço não apresenta o resultado esperado e o problema pode chegar à Justiça para uma solução. A obediência às normas da ABNT só seria obrigatória se a norma empregada fosse referendada por norma jurídica. Imaginemos um serviço, o da execução de uma parede de alvenaria de tijolos num prédio residencial que apresentasse falhas. Na Justiça, por efeito de ação,

- o Juiz determina a realização de tantos ensaios dos componentes da parede - tijolos, argamassa, pintura, rejunte – quantos necessários para dirimir a peleja, custe o que custar.
- caso não se tenha chegado a um acordo ou sido dada a sentença, sem norma técnica com respaldo jurídico, não há como julgar a ação.
- o Juiz usa o bom senso e dá a sentença.
- caso não se tenha chegado a um acordo ou dada a sentença, o juiz indica um profissional habilitado para o ajudar e pela ausência de norma referendada judicialmente, o profissional indicado adotará a norma existente, pertinente ao assunto.
- mesmo sem dar a sentença, o Juiz remete a ação à instância acima.

33) O desenho abaixo mostra a armadura positiva de uma viga bi-apoiada que sustenta parte de um lance de escada. A barra indicada por uma seta tem um trecho detalhado de modo errado. Ele teria uma mudança de direção e o complemento de outra barra, para as duas absorverem o empuxo ao vazio. O trecho está indicado no seguinte segmento



- F-D.
- E-F.
- H-E.
- G-H.
- G-A.

34) Quando numa edificação em concreto armado, no que num elemento estrutural surjam fissuras, o conhecimento da evolução do seu estado de fissuração passa pelo registro que abrange

- as medidas da abertura, a extensão, a hora do dia, a umidade ambiente e a temperatura.
- as medidas da abertura, o contraste entre as cores externa e interna na borda de cada fissura, a medições feitas em horas não repetidas.
- a largura da fissura medida apenas nas extremidades de sua extensão, a temperatura média ao longo dia.
- as medidas feitas no mínimo quatro vezes por dia, a temperatura e a umidade média ambientes, ao longo do dia.
- a largura da fissura medida apenas nas extremidades de sua extensão, a temperatura média ao longo dia e as cores externa e interna na borda de cada fissura, medições feitas em horas não repetidas.

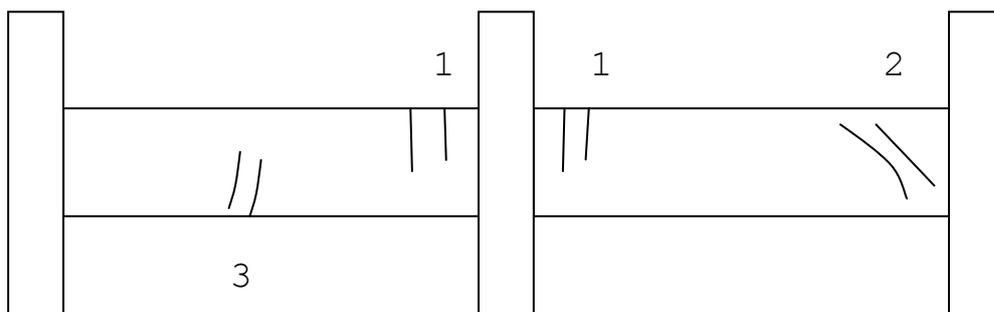
35) Pode-se dizer que em todas as construções de concreto aparecem fissuras que podem surgir anos, semanas ou algumas horas depois de terminada a concretagem. Para que não sejam consideradas nocivas, as fissuras devem ter uma abertura limite.

A NBR 6118 considera nocivas fissuras cujas aberturas ultrapassem os seguintes valores, respectivamente, para peças não protegidas, em meio agressivo; para peças não protegidas em meio agressivo e para peças protegidas, com medidas em mm,

- 0,1; 0,2; 0,3
- 0,2; 0,3; 0,4
- 0,3; 0,5; 0,6
- 0,3; 0,4; 0,6
- 0,4; 0,5; 0,7

36) O desenho esquemático mostra fissuras numa viga de concreto armado apoiada em três colunas. As fissuras mostradas são originadas por insuficiência de três armaduras:

- A – a transversal (estribos)
 B – a longitudinal positiva
 C – a longitudinal negativa.



A associação das fissuras às armaduras insuficientes está indicada na seguinte opção:

- A – 3; B – 1; C – 2.
- A – 2; B – 3; C – 1.
- A – 1; B – 2; C – 3.
- A – 2; B – 1; C – 3.
- A – 1; B – 3; C – 2.

37) Num desenho de estrutura, o desenhista esqueceu-se de alguns dados, no detalhamento das barras indicadas. Associe de modo correspondente as barras 1, 2, 3 e 4, da lista, com os desenhos A, B, C e D, das barras.

N	AÇO	D (mm)	Q	l(cm)	L(m)	Peso(kgf)
1	CA50	8.0	10	480	48	
2	CA50	10.0	8	600	48	
3	CA50	10.0	10	480	48	
4	CA50	8.0	16	300	48	

15 | 585
N A 8 Ø 10.0 -

450 | 15
N B 10 Ø 8.0 -

300
2 x N D 8 Ø 8.0

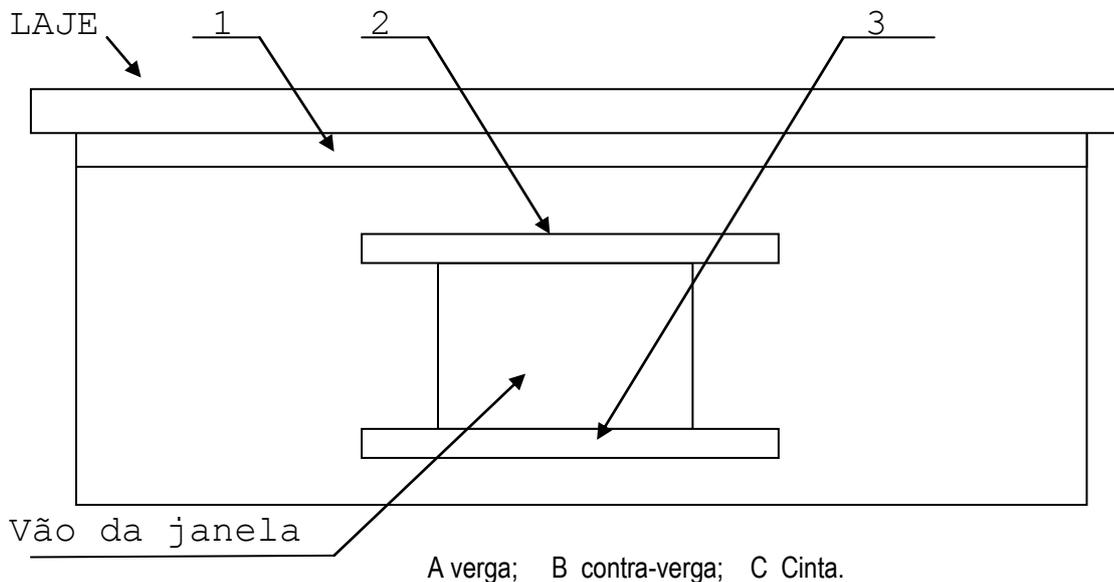
120
 20
N C 16 Ø 8.0

- a) 1/B ; 2/A ; 3/C ; 4/D.
- b) 1/A ; 2/B ; 3/C ; 4/D.
- c) 1/C ; 2/D ; 3/B ; 4/A.
- d) 1/A ; 2/B ; 3/C ; 4/D.
- e) 1/D ; 2/C ; 3/A ; 4/B.

38) O projeto de um escritório do canteiro de obra feito por *lay-out* apresenta a disposição física, os locais de armazenagem de recursos, posição dos equipamentos, vestiários etc. O projeto deve considerar que o guincho possa ficar

- a) junto à sala do engenheiro responsável pela obra, ao lado do apontador, necessariamente.
- b) distante das redes de alta tensão.
- c) junto ao almoxarifado, sempre.
- d) próximo ao portão de entrada – obrigatório.
- e) junto à rede de alta tensão para minimizar as distâncias de alimentação elétrica.

39) Para que não surjam fissuras em vértices de aberturas e no meio do vão dos caixilhos, lança-se mãos de vergas, contra vergas e de cintas.



Respectivamente, a sequência **CORRETA** é

- a) A - 3; B - 1; C - 2.
- b) A - 1; B - 2; C - 3.
- c) A - 2; B - 3; C - 1.
- d) A - 2; B - 1; C - 3.
- e) A - 1; B - 3; C - 2.

40) Os aplicativos para uso em projetos são conhecidos por suas siglas, por exemplo SALT, FTOOL, ANSYS, SAP e RFEM. Alguns são versáteis, para várias áreas. Os que estão listados neste quesito atendem à área de

- a) análise estrutural.
- b) topografia.
- c) planejamento.
- d) manutenção preventiva.
- e) controle de estoques.

Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

41) O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

42) A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

43) De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.º)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.º)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...) (1º.º)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” (1º.º)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.º)

44) No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

45) O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” (1º.º)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)”(2º.º)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” (3º.º)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” (5º.º)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” (2º.º)

46) Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.º)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.º)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” (1º.º)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...) (5º.º)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º.º)

47) A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar / dignidade

48) A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

49) No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

50) O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)” (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)” (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)” (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (3º§).

51) A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

52) No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)” (5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

53) Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

54) Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

55) A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

56) O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

57) O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

58) Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”
(2º. §)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)” (3º. §)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” (3º. §)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)”
(4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)” (2º. §)

59) A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)” (transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

60) A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

61) Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

62) Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

63) Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

64) Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

65) Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

66) O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

67) No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

68) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

69) Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

70) No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.